



**Estado do Amazonas
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA
SALA DAS COMISSÕES**



EMENDA MODIFICATIVA Nº 08/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 457/2025

“DISPÕE SOBRE A MODIFICAÇÃO DO ART. 5º, ALÍNEA “G)”, DO PROJETO DE LEI Nº 457/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ENVIRA PARA O EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; FINANÇAS E ORÇAMENTO, E REDAÇÃO FINAL, representadas pelos Vereadores que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições legais apresentam EMENDA MODIFICATIVA nos termos do art. 44, parágrafo único, do Regimento Interno. A Câmara Municipal de Envira aprova:

Art. 1º. Fica modificada a alínea “g)” do art. 5º, do Projeto de Lei nº 457/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - O Poder Executivo está autorizado a:

(...)

g) Abrir créditos suplementares destinados ao reforço de dotações de convênios, limitados a 70% (setenta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, bem como créditos suplementares destinados ao reforço de dotações de pessoal, encargos e obrigações tributárias e contributivas, limitados a 80% (oitenta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, não se aplicando, para estas hipóteses, o limite previsto na alínea “b” deste artigo, observando-se, ainda, as disposições do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.”



**Estado do Amazonas
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA
SALA DAS COMISSÕES**



JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade aperfeiçoar o regime de autorização para abertura de créditos suplementares previsto no art. 5º da Lei Orçamentária Anual, conferindo maior precisão normativa, segurança jurídica e equilíbrio entre flexibilidade administrativa e controle legislativo.

A proposta estabelece limites diferenciados para a abertura de créditos suplementares conforme a natureza das despesas, reconhecendo que determinadas dotações apresentam comportamento orçamentário distinto e grau diverso de rigidez na execução. Nesse sentido, os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações relativas a convênios passam a observar o limite máximo de 70% (setenta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, enquanto aqueles destinados ao reforço de dotações de pessoal, encargos e obrigações tributárias e contributivas ficam limitados a 80% (oitenta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei.

No caso dos convênios, trata-se de despesas normalmente vinculadas ao ingresso de receitas específicas, cuja execução depende da efetiva formalização dos instrumentos e da liberação dos recursos correspondentes. A fixação de limite próprio busca assegurar a adequada execução dessas políticas públicas, sem afastar o controle legislativo sobre o volume global das alterações orçamentárias.

Já as despesas com pessoal, encargos e obrigações tributárias e contributivas possuem caráter continuado, obrigatório e essencial, estando diretamente relacionadas à manutenção da máquina administrativa, à continuidade dos serviços públicos e ao cumprimento de deveres legais do ente público. A previsão de limite mais amplo para essas dotações revela-se necessária para evitar descontinuidade administrativa, inadimplência de obrigações legais e riscos à regularidade fiscal.

A emenda também esclarece que os créditos suplementares autorizados nessas hipóteses não se submetem ao limite geral previsto na alínea “b” do art. 5º, afastando interpretações que possam conduzir à cumulação indevida de percentuais e garantindo coerência interna ao texto legal. Trata-se de técnica legislativa legítima e compatível com a Constituição Federal, que admite a fixação, na própria lei orçamentária, de autorizações específicas para abertura de créditos suplementares.

Ressalte-se, por fim, que a abertura dos créditos suplementares permanece condicionada à observância das disposições do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, que exige a existência de recursos disponíveis para sua cobertura, bem como ao respeito aos princípios do equilíbrio orçamentário, da legalidade, da responsabilidade fiscal e da transparência na gestão pública, em consonância com a Lei Complementar nº 101/2000.

Rua 05 de Setembro, s/n.º - São Francisco - Envira/Am
Email: câmara.envira@hotmail.com




**Estado do Amazonas
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA
SALA DAS COMISSÕES**



Dessa forma, a emenda não amplia de forma desarrazoada a discricionariedade do Poder Executivo, mas, ao contrário, estabelece parâmetros objetivos, reforça o controle legislativo e contribui para uma execução orçamentária mais eficiente, previsível e juridicamente segura, razão pela qual merece aprovação.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Envira, 10 de dezembro de 2025.


Ver. **FRANCISCO LINDOMAR FERREIRA DA SILVA**
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça


Ver. **JOÃO KENNEDY GURGEL DE MOURA**
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento


Ver. **CLEMONDS PINHEIRO DE FRANÇA**
Presidente da Comissão de Redação Final


Ver. **JOÃO KENNEDY GURGEL DE MOURA**
Vereador-Relator-CCJ


Ver. **BRENO LOPES DE FRANÇA**
Vereador-Relator – CFO


Ver. **RAIMUNDO NONATO LOPES DA SILVA**
Vereador-Relator – CRF


Ver. **CLEMONDS PINHEIRO DE FRANÇA**
Membro - CCJ

Rua 05 de Setembro, s/n.º - São Francisco - Envira/Am
Email: câmara.envira@hotmail.com



**Estado do Amazonas
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA
SALA DAS COMISSÕES**




Ver. **JOSÉ JORGE SAMPAIO**
Membro – CFO


Ver. **JOÃO KENNEDY GURGEL DE MOURA**
Membro – CRF

Rua 05 de Setembro, s/n.º - São Francisco - Envira/Am
Email: câmara.envira@hotmail.com